



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7108/2023**

O **MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ**, por intermédio da pregoeira, designada pela Portaria n. 0340, de 19 de outubro de 2023, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, no modo de disputa **“ABERTO”** para Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de suporte e desenvolvimento das rotinas inerentes aos sistemas de informações eletrônicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos Setores da Prefeitura Municipal e Fundos, concernente as Deliberações nº 345/2024 – LRF, nº 281/2017 – Novo Módulo Contábil introduzido em 2024 e Módulo Atos Jurídicos em vigor desde 2021, e 312/2020 – Módulo de Editais. Compreendendo as rotinas de janeiro a dezembro de 2024, abarcando as competências extras – “00” de início e a “13” de encerramento – previstas no novo módulo para as Unidades: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal da Criança e Adolescente, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município e Fundo Municipal da Cultura, visando o regular desenvolvimento das rotinas no exercício de 2024, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência.

**I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**II – DO OBJETO**

**III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

**IV – DO CREDENCIAMENTO**

**V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP**

**VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO**

**VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE**

**IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**X – DA HABILITAÇÃO**

**XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO**

**XII – DOS RECURSOS**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XIV – DO PAGAMENTO

XV – DAS PENALIDADES

XVI – DA CONTRATAÇÃO

XVII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**ANEXOS:**

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO;

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

**PREGÃO ELETRÔNICO N. XXX/2024 – MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ**

**I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

1.1 A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

1.2 No dia **25/04/2024, às 09:30 horas**, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br> .

1.3 Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**II – DO OBJETO**

2.1 Esta licitação tem por objeto Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de suporte e desenvolvimento das rotinas inerentes aos sistemas de informações eletrônicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos Setores da Prefeitura Municipal e Fundos, concernente as Deliberações nº 345/2024 – LRF, nº 281/2017 – Novo Módulo Contábil introduzido em 2024 e Módulo Atos Jurídicos em vigor desde 2021, e 312/2020 – Módulo de Editais. Compreendendo as rotinas de janeiro a dezembro de 2024, abarcando as competências extras – “00” de início e a “13” de encerramento – previstas no novo módulo para as Unidades: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal da Criança e Adolescente, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo de Reparelhamento da Procuradoria Geral do Município



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

e Fundo Municipal da Cultura, visando o regular desenvolvimento das rotinas no exercício de 2024, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Anexo I do Termo de Referência.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no [licitanet.com.br](http://licitanet.com.br) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

### **III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**

3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico [compraslicitacoescachoeiras@yahoo.com](mailto:compraslicitacoescachoeiras@yahoo.com).

3.2 As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade

3.3 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, por meio do link Processos>Cachoeiras de Macacu>Pregão> Impugnar, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas, cujas respostas vincularão tanto os participantes quanto a administração.

3.6 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

### **IV – DO CREDENCIAMENTO**

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br>.

4.2 O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

4.3 A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

**V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP**

5.1 Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:

5.1.1 Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

5.1.2 Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br>

5.1.3 Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.1.4 Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.5 Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

5.1.5.1 A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que não detém, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil reais), nos termos do § 2º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.6 A falsidade nas declarações de que tratam os itens 5.1.4 e 5.1.5.1, ou qualquer outra firmada durante o certame, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.2 Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

5.2.1 Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

5.2.2 Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos termos do art.156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

5.2.2.1 A suspensão prevista no item acima, aplica-se apenas no âmbito do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.

5.2.3 Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

5.2.4 Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.4.1 Para aplicação do item anterior, será realizada a Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, momento em que o pregoeiro diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.2.5 Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8 OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

5.2.9 Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

5.2.10 Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.

5.2.11 Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

5.2.12 Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.12.1 A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

5.2.12.2 A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no item 5.2.12.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.

5.2.12.3 A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.12.1 e 5.2.12.2.

## **VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO**

6.1 Após a divulgação deste edital no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e do preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

6.2 No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

6.3 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

6.4 Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

6.5 O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

6.6 Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.7 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8 Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

6.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

**VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

7.1 O sistema eletrônico dará início, automaticamente, à sessão pública na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

7.2 A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada pelo sistema.

**VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE**

8.1 No horário fixado para a abertura da sessão pública, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, o sistema informará às licitantes do recebimento do lance e o valor consignado no registro.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

8.2.1 A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.1.1 Observada a condição do item anterior, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.2.1.2 O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.2.1.3 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

8.4 No transcurso da sessão pública, o sistema prestará informação às licitantes, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

8.6 A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa, a qual será composta por uma etapa aberta.

8.7 Nesse modo de disputa, a etapa aberta de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

8.8 Encerrado o prazo disposto no item 8.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.9 O sistema abrirá oportunidade, da licitante que ofertou o valor mais baixo e os das 3 (três) ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores, para ofertar um lance final

8.9.1 No procedimento de que trata o item anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.10 Não havendo o mínimo de 3 (três) ofertas nas condições definidas no 8.9, poderão os autores dos melhores lances na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final.

8.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente.

8.12 Do desempate:

8.12.1 Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 8.12.1;

b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;

d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;

e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, bem como das condições indicadas nos itens 5.1.5 e 5.1.6 deste edital;

8.13 Não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, situação em que o pregoeiro abrirá nova disputa ou indicará prazo para envio de documentação comprobatória.

8.14 Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

8.15 Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.16 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br>

## **IX – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1 Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

9.3 Havendo negociação ou não, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados à negociação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

9.3.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

9.4 A apresentação das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no mesmo prazo do item 9.3.

9.5 Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

9.6 O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

9.7 No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

9.8 Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

#### **X – DA HABILITAÇÃO**

10.1 Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

10.1.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

10.2 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.2.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.2.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.3 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

10.4 A documentação de habilitação deverá conter:

**Habilitação jurídica**

a) cédula de identidade;

b) registro comercial, no caso de empresário individual;

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;

e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**Regularidade fiscal e trabalhista**

f) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;

g) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;

i) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;

j) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

Qualificação econômico-financeira

l) Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

m) 12.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.6 Declarações exigidas:

a) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021;

b) declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei n. 14.133/2021;

c) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021;

10.7 A documentação elencada no item 10.6 desta Cláusula deverá ser formalizada em campo próprio no sistema <https://www.licitanet.com.br> e as demais apresentadas junto com as documentações de habilitação.

10.8 O descumprimento das exigências contidas na habilitação determinará a inabilitação da licitante.

10.9 As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

10.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1.1 O prazo de que trata o subitem 10.10.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

10.9.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 10.10.1 e 10.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

10.10 Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

10.11 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

10.12 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.12.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.13, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

10.12.2 O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

10.13 Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

10.14 A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.15 Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

10.16 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 10.13.

10.17 Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

**10.18 A documentação física, caso solicitada, deverá ser encaminhada em cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, Cachoeiras de Macacu/RJ, CEP: 28.680-000. Aos cuidados da pregoeira responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.**

**XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO**

11.1 A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XV (Das Penalidades) deste edital.

11.2 Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

11.3 A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

11.3.1 Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

11.3.2 O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

11.3.3 A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado.

11.3.4 Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

## **XII – DOS RECURSOS**

12.1 A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

- a) de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na cláusula IX deste edital;
- b) de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inabilitação, consoante disposto na cláusula X desse edital.

12.2 Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico, conforme indicado nas alíneas “a” e “b” do item 12.1.

12.3 A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

12.4 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata (pelo sistema) dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de R\$ 173.700,00 (Cento e setenta e três mil e setecentos reais) para 12 (doze) meses, conforme estimado em pesquisa do Setor de Compras e Licitações.

13.1.1 Natureza de Despesa 20.015.04.121.0013.2.073.3.3.90.34.00.00.00.00.205 . 1.500.0000

13.2 Em razão das limitações sistêmicas do [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ao cadastrar sua proposta neste, a licitante deve prever o valor global para 12 (doze) meses e o quantitativo para esse período. No envio da proposta ajustada, deverá contemplar os quantitativos, os valores unitários e totais para o período de 12 (doze) meses, que corresponde à vigência da contratação.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

**XIV – DO PAGAMENTO**

14.1 O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido no contrato, após o atesto firmado por funcionários da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

14.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e devidamente protocoladas no setor próprio da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu/RJ.

**XV – DAS PENALIDADES**

15.1 A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

15.1.1) multa compensatória:

a) 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula X;

b) 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso de não apresentação da garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.

c) 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

15.1.2 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;

c) não assinar o contrato ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

15.1.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;

c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

15.1.4 As multas previstas no item

15.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 deste capítulo.

15.2 É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa, se houver;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

15.3 A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.4 A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

15.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.6 Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

15.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.7.1 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

15.8 As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta de contrato, anexa a este edital.

## **XVI – DA CONTRATAÇÃO**

16.1 Homologada a licitação, o MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ poderá convocar a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta, para a assinatura do instrumento contratual, que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/21.

16.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.3 É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.4 Caso nenhum das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação,
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

16.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.5.1 A regra do item 16.5 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.4.

16.6 Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

16.7 O MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

16.8 A critério do MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU/RJ, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

## **XVII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

18.2 Assegura-se a este Município o direito de:

18.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

18.2.2 Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;

18.2.2.1 A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

18.2.3 Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

18.2.4 Adiar a data da sessão pública.

18.3 O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

18.4 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

18.5 O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

18.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

18.7 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

18.8 Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao endereço constante no item 18.9.

18.9 O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, nos endereços eletrônicos [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br); [https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCW3tEQSz63QIK2HkQw==\\*/consulta/31197](https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCW3tEQSz63QIK2HkQw==*/consulta/31197).  
<https://www.licitanet.com.br>

Cachoeiras de Macacu/RJ, 09 de abril de 2024.

Rafael Muzzi de Miranda

Prefeito



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Geoprocessamento e Habitação**

**1. OBJETO:**

Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de suporte e desenvolvimento das rotinas inerentes aos sistemas de informações eletrônicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos Setores da Prefeitura Municipal e Fundos, concernente as Deliberações nº 345/2024 – LRF, nº 281/2017 – Novo Módulo Contábil introduzido em 2024 e Módulo Atos Jurídicos em vigor desde 2021, e 312/2020 – Módulo de Editais. Compreendendo as rotinas de janeiro a dezembro de 2024, abarcando as competências extras – “00” de início e a “13” de encerramento – previstas no novo módulo para as Unidades: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal da Criança e Adolescente, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município e Fundo Municipal da Cultura, visando o regular desenvolvimento das rotinas no exercício de 2024.

**2. JUSTIFICATIVA:**

Necessidade de atender a Administração em consonância as Leis vigentes, em especial a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 63 de 01 de agosto de 1990 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e suas Deliberações. Dando assistência aos cadastros, envios e recebimentos pelo TCE dos Gestores, com a prestação compreende as seguintes subdivisões: Módulo do PPA, Módulo do Orçamento (incluindo a LDO e a LOA), Módulo dos Informes Mensais, Módulo da LRF (Anexos do RREO e do RGF) e Módulo Atos Jurídicos.

**3. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO:**

<b>Nº</b>	<b>Especificação do Serviço</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
1	Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de suporte e desenvolvimento das rotinas inerentes aos sistemas de informações eletrônicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos Setores da Prefeitura Municipal e Fundos, concernente as Deliberações nº 345 – LRF, nº 281/2017 – Novo Módulo Contábil introduzido em 2024 e Módulo Atos Jurídicos em vigor desde 2021, e 312/2020 – Módulo de Editais. Compreendendo as rotinas de janeiro a dezembro de 2024, abarcando as competências extras – “00” de início e	1	



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

	a "13" de encerramento – previstas no novo módulo para as Unidades: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal da Criança e Adolescente, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município e Fundo Municipal da Cultura, visando o regular desenvolvimento das rotinas no exercício de 2024.		
--	---	--	--

A Prestação do Serviço compreende as seguintes subdivisões:

• **Módulo do PPA;**

- ✓ PPA Programa
- ✓ PPA Programa Indicador

• **Módulo do Orçamento (incluindo a LDO e a LOA);**

Esse módulo conterá informações cadastrais tanto da Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto da Lei Orçamentária Anual.

No Módulo Orçamento, serão exigidos 6 (seis) arquivos de remessa, como segue:

- ✓ Órgão
- ✓ Unidade Orçamentária
- ✓ Dotação
- ✓ Previsão de Receita
- ✓ Programa
- ✓ Ações Orçamentária (Antigo Projeto/Atividades)

• **Módulo dos Informes Mensais;**

**Subgrupos**

- ✓ Arquivos da Receita
- ✓ Arquivos da Alteração Orçamentária da Despesa e Descentralização do Orçamento
- ✓ Arquivos do Empenho
- ✓ Arquivos da Liquidação
- ✓ Arquivos do Pagamento

Os arquivos que irão compor o Pagamento são:

- ✓ Pagamento de Empenho
- ✓ Pagamento de Empenho – Consignação e Retenção
- ✓ Pagamento de Empenho – Anulação
- ✓ Pagamento de Empenho – Anulação Consignações e Retenções

**- Arquivos dos Restos a Pagar**

- ✓ Restos a Pagar – Inscrição





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

- ✓ Restos a Pagar – Cancelamento
- ✓ Restos a Pagar – Anulação de Cancelamento
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Folha de Pagamento
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Adiantamento
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Diária
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Nota Fiscal
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Documentos Diverso
- ✓ Restos a Pagar – Anulação de Liquidação
- ✓ Restos a Pagar – Pagamento
- ✓ Restos a Pagar – Anulação de Pagamento
- ✓ Restos a Pagar – Pagamento de Consignação e Retenção
- ✓ Restos a Pagar – Anulação de Pagamento de Consignação e Retenção

- **Conta Bancária, Conciliação e Regularização Bancária**

- **Balancete**

• **Módulo da LRF (Anexos do RREO e do RGF), Deliberação 345/204.**

- ✓ Geração dos anexos e envio de cópia aos responsáveis;
- ✓ Homologação dos anexos e sua respectiva publicação junto ao site do TCE/RJ.

• **Módulo Atos Jurídicos.**

- ✓ Editais
- ✓ Licitações homologadas
- ✓ Dispensas
- ✓ Inexigibilidades
- ✓ Adesões
- ✓ Atas de Registro de Preços
- ✓ Ajuste de Contas
- ✓ Alienações
- ✓ Concessões
- ✓ Contrato
- ✓ Contratos de Gestão
- ✓ Contratos de Programa
- ✓ Convênio
- ✓ Desapropriações
- ✓ Termos de Fomento/Colaboração
- ✓ Termos de Parceria
- ✓ Termos de Reconhecimento de Dívidas

As mudanças implementadas necessitam de coordenada e fundamental mudança junto aos sistemas contábeis eis que no que tange a parte contábil, O Tribunal aderiu, de forma integral, às tabelas publicadas pela STN de acordo com o Anexo II da Portaria STN nº 642/2019, seguindo, portanto, o leiaute da Matriz de Saldos Contábeis (MSC).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

As tabelas incluem o PCASP Estendido, Informações Complementares, Poder e Órgão, Função e Subfunção, Natureza de Despesa, Fonte de Recursos, Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária (CO) e Natureza de Receita.

O Novo sistema irá trabalhar com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público Estendido (PCASP Estendido) nos moldes do que está previsto na Matriz de Saldos Contábeis.

Caso a contabilidade do ente da Federação utilize alguma extensão que não esteja prevista no PCASP Estendido, o ente deverá fazer um “De-Para” por meio de ferramenta desenvolvida em seu próprio sistema (Anexo I da Portaria STN nº 642/2019).

Os dados contábeis, de acordo com as mudanças, serão fornecidos de acordo com a alimentação pelos servidores na forma e layout conforme estabelecido no manual, com as mudanças efetuadas pelo sistema Betha, plenamente adaptado as exigências para o exercício de 2024, bem como possíveis alterações futuras, passíveis de serem captados para o sistema de informações do Tribunal.

Quanto aos atos jurídicos em questão, os dados principais serão fornecidos pelos sistemas de compras, onde devem conter todas as informações requeridas pelo órgão fiscalizador inerente as licitações efetuadas pelo ente, compras diretas etc, restando encaminhados documentos que forem confeccionados sob outras formas, tais como contratos, termos aditivos, atas, etc.

A necessidade e importância da contratação se dá pela imperiosa necessidade de prestação constante das informações de forma completa e fidedigna, acompanhando as normas vigentes, com o fito de corroborar com os órgãos de controle e o cumprimento das obrigações de prestar contas previstas pela Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, eis que conforme Deliberações n.º 277/2017, 278/2017 e 285/2018 as bases de dados do sistema irão compor as respectivas prestações de Contas:

“A **Prestação de Contas de Governo Municipal** deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico e será composta pela base de dados do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS e pelos documentos previstos no ANEXO a esta Deliberação”.

§ “1º O cumprimento do dever legal de apresentação da Prestação de Contas somente será considerado atendido com o encaminhamento integral dos dados referentes aos Informes Mensais do SIGFIS, nos termos do disposto em Deliberação específica deste Tribunal”.

“A **Prestação de Contas Anual de Gestão** deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico e será composta pela base de dados do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS e, quando couber, pelos documentos previstos nos ANEXOS desta Deliberação”.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

Parágrafo único. O cumprimento do dever legal de apresentação da prestação de contas somente será considerado atendido com o encaminhamento dos dados referentes aos Informes Mensais do SIGFIS, nos termos do disposto em Deliberação específica deste Tribunal”.

**4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item, considerando as normas e princípios estabelecidos na Lei 14.133/2021.

**5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Os recursos para aquisição dos itens serão apontados pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, seguindo os critérios de orçamento.

**6. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE:**

6.1 – Transmitir, por escrito, diretamente à CONTRATADA, todas as instruções e reclamações, salvo em caso de urgência, quando poderá fazê-lo ao empregado da CONTRATADA, por telefone ou ainda por outro meio, fazendo a respectiva comunicação escrita tão logo seja possível;

6.2 – Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às dependências da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, para realizarem a prestação de serviço, na Rua Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, Cachoeiras de Macacu, no horário das 09:00 às 17:00;

6.3 – Manter os sistemas de alimentação atualizados segundo as recomendações do STN e TCE/RJ, bem como a alimentação correta, fidedigna e completa por parte dos servidores;

6.4 – Realizar os fechamentos contábeis e jurídicos de forma tempestiva e fidedigna;

6.5 – Exercer a fiscalização e o acompanhamento da prestação de serviço, garantindo que o mesmo atende às especificações e necessidades exigidas neste Termo, bem como realizar as anotações e registros em caso de falhas observadas, visando a regularização;

6.6 – Aplicar as penalidades cabíveis, caso a Adjudicatária não cumpra quaisquer das exigências deste Termo.

**7. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:**

7.1 - Realizar visitas técnicas in-loco 4 (quatro) vezes ao mês.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

7.2 - Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

7.3 - Encargos: O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato.

7.4 - Manter condições de habilitação: A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas por Lei e neste Termo de Referência.

7.5 - O contratado é responsável por quaisquer encargos ou despesas com acidentes de trabalho;

7.6 - Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;

7.7 - A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução parcial ou total do objeto.

**8 – LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

Rua Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, Cachoeiras de Macacu, no horário das 09:00 às 17:00.

**9 – PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:**

A Contratada prestará o serviço em conformidade com as especificações constantes no Item 3 e Item 8 deste Termo de Referência, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

**10 – ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO:**

O serviço será objeto de inspeção, realizada pelos servidores designados pela Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, conforme item 16 deste Termo de Referência.

**11 – JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:**

11.1 – No julgamento da proposta de preços será considerada vencedora a licitante que apresentar o menor preço por item;

11.2 – Atendidas as condições de julgamento, a adjudicação será feita à licitante vencedora.

**12 – PAGAMENTO:**

12.1 - O pagamento se dará após a execução do serviço, mediante emissão de Nota fiscal Eletrônica, devidamente atestada por 02 (dois) servidores da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

12.2 – O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da certificação da nota fiscal/fatura, que deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND

12.3 - Após o prazo de conferência e aprovação da execução do serviço e demais trâmites, o processo será encaminhado para o efetivo pagamento. Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada por meio de depósito bancário em conta corrente cadastrada, indicada pela Contratada, que informará o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**13 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

A licitante, juntamente com os documentos de habilitação, deverá apresentar como qualificação técnica, os seguintes documentos:

- a) Declaração de que está apta a oferecer os serviços e, quando da assinatura do contrato, terá estrutura técnica adequada (própria ou terceirizada) com sede na região denominada Rio de Janeiro (RJ) para a realização do serviço proposto.
- b) Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, quando for o caso, que comprove aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação;

**14 – DA RESCISÃO DO CONTRATO:**

14.1 - O CONTRATO será firmado em caráter irrevogável e irretratável, ressalvadas as hipóteses de rescisão previstas na Lei 14.133/2021, as quais se aplicarão para ambas as partes, no que couber.

14.2 - A CONTRATANTE poderá promover a rescisão do CONTRATO, sem ônus, se a CONTRATADA:

14.2.1 - Descumprir ou cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações ou prazos, observando o princípio da razoabilidade e da finalidade, sempre se atendo à finalidade da avença, em detrimento de falhas formais sanáveis.

14.2.2 - Associar-se com outrem e a respectiva cessão, ou transferência total, ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a execução do CONTRATO, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

14.2.3 - Se a rescisão operar-se por iniciativa da CONTRATADA, esta perderá o direito à restituição de valor.

**15 – DISPOSIÇÕES GERAIS:**

15.1 - A Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu reserva-se o direito de impugnar a prestação de serviço, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência;

15.2 - A Contratada fica obrigada a executar o serviço licitado, objeto deste Termo de Referência, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu.

**16 - DA FISCALIZAÇÃO:**

A Fiscalização será realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Geoprocessamento e Habitação, através do servidor designado, Sra. Ana Maria Moraes Bousquet Netto, matrícula 72.035 e pela Secretaria Municipal de Fazenda, através do servidor designado, Sr. Vanderson Batista de Souza, matrícula 16.012, fazendo cumprir as obrigações e especificações do material, resultantes da presente contratação.

Cachoeiras de Macacu/RJ, 28 de dezembro de 2023.

**ANA MARIA MORAES BOUSQUET NETTO**  
Secretária Municipal de Planejamento,  
Geoprocessamento e Habitação



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

**ANEXO II**

**PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO**

**PROCESSO Nº 7108/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 009/2024**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	QUANT	VALOR MÁXIMO
01	Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de suporte e desenvolvimento das rotinas inerentes aos sistemas de informações eletrônicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos Setores da Prefeitura Municipal e Fundos, concernente as Deliberações nº 345/2024 – LRF, nº 281/2017 – Novo Módulo Contábil introduzido em 2024 e Módulo Atos Jurídicos em vigor desde 2021, e 312/2020 – Módulo de Editais. Compreendendo as rotinas de janeiro a dezembro de 2024, abarcando as competências extras – “00” de início e a “13” de encerramento – previstas no novo módulo para as Unidades: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal da Criança e Adolescente, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município e Fundo Municipal da Cultura, visando o regular desenvolvimento das rotinas no exercício de 2024.	01	R\$ 173.700,00





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

**ANEXO III**

**MINUTA DE CONTRATO N. XXX/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7108/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 009/2024**

**CONTRATO Nº XXX/2024 QUE ENTRE  
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
CACHOEIRAS DE MACACU/RJ E A  
EMPRESA**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXX.**

O **MUNICÍPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU**, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 29.128.766/0001-38, situada na Rua Oswaldo aranha, 06 – Centro – Cachoeiras de Macacu – RJ – CEP 28.680-000, representada legalmente pelo excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Muzzi de Miranda, portador da Carteira de Identidade nº 067.128.873-6 e inscrita no CPF sob o nº 845.352.539-49 doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, através do seu representante legal **XXXXXXXXXX**, portador do RG nº **XXXXXXXXXXXXX** e inscrito no CPF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na presença das testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, decorrente do Processo licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº xxx/2024 e Processo Administrativo nº xxxx/2023 , com base na Lei nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto deste contrato consiste na Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de suporte e desenvolvimento das rotinas inerentes aos sistemas de informações eletrônicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos Setores da Prefeitura Municipal e Fundos, concernente as Deliberações nº 345/2024 – LRF, nº 281/2017 – Novo Módulo Contábil introduzido em 2024 e Módulo Atos Jurídicos em vigor desde 2021, e 312/2020 – Módulo de Editais. Compreendendo as rotinas de janeiro a dezembro de 2024, abarcando as competências extras – “00” de início e a “13” de encerramento – previstas no novo módulo para as Unidades: Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal da Criança e Adolescente, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo de Reparelhamento da Procuradoria Geral do Município e Fundo Municipal da Cultura, visando o regular desenvolvimento das rotinas no exercício de 2024.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

1.1 A Prestação do Serviço compreende as seguintes subdivisões:

• **Módulo do PPA;**

- ✓ PPA Programa
- ✓ PPA Programa Indicador

• **Módulo do Orçamento (incluindo a LDO e a LOA);**

Esse módulo conterá informações cadastrais tanto da Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto da Lei Orçamentária Anual.

No Módulo Orçamento, serão exigidos 6 (seis) arquivos de remessa, como segue:

- ✓ Órgão
- ✓ Unidade Orçamentária
- ✓ Dotação
- ✓ Previsão de Receita
- ✓ Programa
- ✓ Ações Orçamentária (Antigo Projeto/Atividades)

• **Módulo dos Informes Mensais;**

**Subgrupos**

- ✓ Arquivos da Receita
- ✓ Arquivos da Alteração Orçamentária da Despesa e Descentralização do Orçamento
- ✓ Arquivos do Empenho
- ✓ Arquivos da Liquidação
- ✓ Arquivos do Pagamento

Os arquivos que irão compor o Pagamento são:

- ✓ Pagamento de Empenho
- ✓ Pagamento de Empenho – Consignação e Retenção
- ✓ Pagamento de Empenho – Anulação
- ✓ Pagamento de Empenho – Anulação Consignações e Retenções

**- Arquivos dos Restos a Pagar**

- ✓ Restos a Pagar – Inscrição
- ✓ Restos a Pagar – Cancelamento
- ✓ Restos a Pagar – Anulação de Cancelamento
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Folha de Pagamento
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Adiantamento
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Diária
- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Nota Fiscal



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

- ✓ Restos a Pagar – Liquidação – Documentos Diverso
- ✓ Restos a Pagar – Anulação de Liquidação
- ✓ Restos a Pagar – Pagamento
- ✓ Restos a Pagar – Anulação de Pagamento
- ✓ Restos a Pagar – Pagamento de Consignação e Retenção
- ✓ Restos a Pagar – Anulação de Pagamento de Consignação e Retenção

- **Conta Bancária, Conciliação e Regularização Bancária**

- **Balancete**

• **Módulo da LRF (Anexos do RREO e do RGF), Deliberação 345/204.**

- ✓ Geração dos anexos e envio de cópia aos responsáveis;
- ✓ Homologação dos anexos e sua respectiva publicação junto ao site do TCE/RJ.

• **Módulo Atos Jurídicos.**

- ✓ Editais
- ✓ Licitações homologadas
- ✓ Dispensas
- ✓ Inexigibilidades
- ✓ Adesões
- ✓ Atas de Registro de Preços
- ✓ Ajuste de Contas
- ✓ Alienações
- ✓ Concessões
- ✓ Contrato
- ✓ Contratos de Gestão
- ✓ Contratos de Programa
- ✓ Convênio
- ✓ Desapropriações
- ✓ Termos de Fomento/Colaboração
- ✓ Termos de Parceria
- ✓ Termos de Reconhecimento de Dívidas

As mudanças implementadas necessitam de coordenada e fundamental mudança junto aos sistemas contábeis eis que no que tange a parte contábil, O Tribunal aderiu, de forma integral, às tabelas publicadas pela STN de acordo com o Anexo II da Portaria STN nº 642/2019, seguindo, portanto, o leiaute da Matriz de Saldos Contábeis (MSC).

As tabelas incluem o PCASP Estendido, Informações Complementares, Poder e Órgão, Função e Subfunção, Natureza de Despesa, Fonte de Recursos, Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária (CO) e Natureza de Receita.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

O Novo sistema irá trabalhar com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público Estendido (PCASP Estendido) nos moldes do que está previsto na Matriz de Saldos Contábeis.

Caso a contabilidade do ente da Federação utilize alguma extensão que não esteja prevista no PCASP Estendido, o ente deverá fazer um “De-Para” por meio de ferramenta desenvolvida em seu próprio sistema (Anexo I da Portaria STN nº 642/2019).

Os dados contábeis, de acordo com as mudanças, serão fornecidos de acordo com a alimentação pelos servidores na forma e layout conforme estabelecido no manual, com as mudanças efetuadas pelo sistema Betha, plenamente adaptado as exigências para o exercício de 2024, bem como possíveis alterações futuras, passíveis de serem captados para o sistema de informações do Tribunal.

Quanto aos atos jurídicos em questão, os dados principais serão fornecidos pelos sistemas de compras, onde devem conter todas as informações requeridas pelo órgão fiscalizador inerente as licitações efetuadas pelo ente, compras diretas etc, restando encaminhados documentos que forem confeccionados sob outras formas, tais como contratos, termos aditivos, atas, etc.

A necessidade e importância da contratação se dá pela imperiosa necessidade de prestação constante das informações de forma completa e fidedigna, acompanhando as normas vigentes, com o fito de corroborar com os órgãos de controle e o cumprimento das obrigações de prestar contas previstas pela Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, eis que conforme Deliberações n.º277/2017, 278/2017 e 285/2018 as bases de dados do sistema irão compor as respectivas prestações de Contas:

**“A Prestação de Contas de Governo Municipal** deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico e será composta pela base de dados do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS e pelos documentos previstos no ANEXO a esta Deliberação”.

§ “1º O cumprimento do dever legal de apresentação da Prestação de Contas somente será considerado atendido com o encaminhamento integral dos dados referentes aos Informes Mensais do SIGFIS, nos termos do disposto em Deliberação específica deste Tribunal”.

**“A Prestação de Contas Anual de Gestão** deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico e será composta pela base de dados do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS e, quando couber, pelos documentos previstos nos ANEXOS desta Deliberação”.

Parágrafo único. O cumprimento do dever legal de apresentação da prestação de contas somente será considerado atendido com o encaminhamento dos dados referentes aos Informes Mensais do SIGFIS, nos termos do disposto em Deliberação específica deste Tribunal”.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE**

2.1 Transmitir, por escrito, diretamente à CONTRATADA, todas as instruções e reclamações, salvo em caso de urgência, quando poderá fazê-lo ao empregado da CONTRATADA, por telefone ou ainda por outro meio, fazendo a respectiva comunicação escrita tão logo seja possível;

2.2 Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às dependências da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, para realizarem a prestação de serviço, na Rua Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, Cachoeiras de Macacu, no horário das 09:00 às 17:00;

2.3 – Manter os sistemas de alimentação atualizados segundo as recomendações do STN e TCE/RJ, bem como a alimentação correta, fidedigna e completa por parte dos servidores;

2.4 – Realizar os fechamentos contábeis e jurídicos de forma tempestiva e fidedigna;

2.5 – Exercer a fiscalização e o acompanhamento da prestação de serviço, garantindo que o mesmo atende às especificações e necessidades exigidas neste Termo, bem como realizar as anotações e registros em caso de falhas observadas, visando a regularização;

2.6 – Aplicar as penalidades cabíveis, caso a Adjudicatária não cumpra quaisquer das exigências deste Termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:**

3.1 - Realizar visitas técnicas in-loco 4 (quatro) vezes ao mês.

3.2 - Responsabilização por eventuais danos: O contratado será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado.

3.3 - Encargos: O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato.

3.4 - Manter condições de habilitação: A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas por Lei e neste Termo de Referência.

3.5 - O contratado é responsável por quaisquer encargos ou despesas com acidentes de trabalho;

3.6 - Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

3.7 - A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Contratante e/ou a terceiros, decorrentes da execução parcial ou total do objeto.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

4.1 O recebimento e a aceitação obedecerão ao disposto no art. 140 da Lei n. 14.133/2021.

4.2 Caso o CONTRATANTE constatare que o objeto foi executado em desacordo com o contrato, com defeito, fora de especificação ou incompleto, a CONTRATADA será formalmente notificada, sendo interrompidos os prazos de recebimento, e os pagamentos suspensos, até que a situação seja sanada.

4.3 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto executado, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

4.4 O objeto será recebido provisoriamente pelo gestor do contrato, no prazo de 3 (três dias), mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

4.4.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

4.5.1 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, no prazo de 2 (dois) dias.

4.5.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações; e

4.5.3 Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

4.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

**CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

5.1 O CONTRATANTE designará, na forma da Lei n. 14.133/2021, art. 117, servidor com autoridade para exercer, como seu representante, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.]

5.1.1 A Fiscalização será realizada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Geoprocessamento e Habitação, através do servidor designado, Sra. Ana Maria Moraes Bousquet Netto, matrícula 72.035 e pela Secretaria Municipal de Fazenda, através do servidor designado, Sr. Vanderson Batista de Souza, matrícula 16.012, fazendo cumprir as obrigações e especificações do material, resultantes da presente contratação.

5.2 O CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar e acompanhar a execução do objeto sem que, de qualquer forma, restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado, diretamente ou por preposto designado.

5.3 O CONTRATANTE poderá contratar terceiros para assistir e subsidiar o(s) fiscal(is) com informações pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização contratual.

5.4 É direito da FISCALIZAÇÃO rejeitar quaisquer serviços/fornecimentos quando entender que se encontram fora das especificações técnicas definidas pelo Órgão.

5.5 À FISCALIZAÇÃO compete, dentre outras atribuições:

- a) encaminhar à Administração o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas ou outras penalidades a serem aplicadas à CONTRATADA;
- b) zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;
- c) anotar em documento próprio as ocorrências;
- d) determinar a correção de faltas ou defeitos;
- e) encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

5.6 A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 Além das demais obrigações assumidas neste contrato, a CONTRATADA compromete-se a:

- a) atender às requisições de execução da prestação do serviço do CONTRATANTE nos prazos e condições fixados;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

- b) responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE em virtude do descumprimento das condições fixadas;
- c) não transferir para outra empresa, no todo ou em parte, a execução do objeto;
- d) responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, previdenciários e pelas obrigações sociais, todos previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- e) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato;
- f) comunicar, formalmente, ao gestor do contrato, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;
- g) indicar formalmente, preposto visando estabelecer contatos com o gestor do contrato, no prazo de 3 (três) dias, contados da assinatura do contrato;
- h) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- i) cumprir as exigências de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- j) cumprir as demais obrigações arroladas no Termo de Referência, inclusive em seu item 5.4.2, e nos demais anexos deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras estabelecidas ou decorrentes deste contrato:

- a) permitir à CONTRATADA o acesso de pessoal autorizado, aos locais para execução do objeto, se cabível, fornecendo-lhes as condições e as informações necessárias;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, com vistas ao seu adequado desempenho, anotando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA sobre a ocorrência de quaisquer fatos que exijam a adoção de medidas corretivas;
- c) exigir da CONTRATADA, sempre que necessária a apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições que ensejaram sua contratação;
- d) designar servidor para atuar como gestor do contrato, visando ao acompanhamento e à fiscalização do contrato;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

e) atestar as notas fiscais, liquidar despesas e efetuar os pagamentos devidos, observadas as condições estabelecidas no contrato;

f) comunicar formalmente à CONTRATADA, qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato.

g) efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.

h) cumprir as demais obrigações arroladas no Termo de Referência, e nos demais anexos deste contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

7.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do instrumento contratual;

7.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será efetuado, mensalmente, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal eletrônica, devidamente atestada por 02 (dois) servidores da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu/RJ.

8.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas com número do CNPJ qualificado no preâmbulo e encaminhadas e protocoladas no setor próprio da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu/RJ, situado na Rua Oswaldo Aranha, n 06, bairro Centro, neste Município.

8.1.1.1 No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado, o período faturado no formato dia/mês/ano e os quantitativos dos itens, se for o caso.

8.2. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado.

8.3 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

8.4 Deverá ser apresentada, concomitante à nota fiscal, a seguinte documentação:

a) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

8.5 Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

8.5.1 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, deverá, juntamente com a nota fiscal, encaminhar documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional - Lei Complementar n. 123/2006, declaração nos termos do modelo constante de instrução normativa da Secretaria da Receita Federal.

8.6 Poderá o CONTRATANTE, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente.

8.6.1 A CONTRATADA poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

8.6.2 Caso a CONTRATADA não apresente a impugnação, ou caso o CONTRATANTE não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

8.7 O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

#### **CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO**

9.1 O valor total contratado será de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

9.2 Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irrevogáveis.

9.3 O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 14.133/2021, arts. 125 e 126.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes desta contratação, no corrente exercício, correrão à conta da dotação orçamentária nº 20.015.04.121.0013.2.073.3.3.90.34.00.00.00.00.205 – 1.500.0000



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

11.1 Após o interregno de um ano, contado da data do valor estimado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes, tendo como referência:

- a) o limite máximo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, ou;
- b) o limite máximo a variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI calculado pelo IPEA.

11.2 Caso os índices estabelecidos para delimitar o reajustamento dos preços sejam extintos ou, de qualquer forma, não possam mais ser utilizados para esse fim, as partes desde já concordam que em substituição sejam adotados os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

11.3 Na ausência de previsão legal quanto aos índices substitutos, as partes elegerão novos índices para delimitar o reajustamento dos preços.

11.4 Incumbe à CONTRATADA a apresentação do pedido de reajuste acompanhado da respectiva memória de cálculo, a qual, após análise e aprovação pelo CONTRATANTE, redundará na emissão do instrumento pertinente ao reajuste contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

12.1 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

12.1.1 Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

12.2 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1 Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:

13.1.1 advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.1.2 multa moratória;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

a) de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), ao dia, limitado a 20 (vinte) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de atraso injustificado do fornecimento da senha de acesso à plataforma.

b) no percentual de 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de interrupção do serviço, sem justificativa e prévia comunicação ao CONTRATANTE.

c) no percentual de 1,0% (um por cento), ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de reincidência do descumprimento descrito na alínea b deste item.

c.1) Considera-se reincidência a interrupção de que trata a alínea "b" deste item, por mais de uma vez, em período igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

d) 0,1% (um décimo por cento) a hora/dia/ocorrência, limitado a 3,0% (três por cento), sobre o valor anual da contratação, no descumprimento de quaisquer obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas nos itens acima.

13.1.3 multa compensatória, no valor de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato. b) 30% (trinta por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução total do contrato.

13.1.4 impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de

13.1.4.1 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

13.1.4.2 A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima do CONTRATANTE.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

13.2 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

13.3 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.4.1 O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro Municipal por meio Guia de Recolhimento do Município, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

13.4.2 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

13.5 É admitida a reabilitação CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.6 A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.8 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

13.9 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o contratante, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

13.11 A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

13.12 As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

14.1 Este contrato poderá ser extinto a juízo do CONTRATANTE, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a CONTRATADA não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

15.1 Em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo 20 dias úteis, contados da sua assinatura.

15.2 O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, na Transparência Pública do CJF

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DOS ANEXOS**

17.1 Integram este contrato, como anexos, as cópias do edital de licitação e anexos (Pregão Eletrônico n. 009/2024), a proposta comercial da CONTRATADA, das quais os signatários declaram ciência.

17.2 No caso de conflito prevalecem as disposições constantes deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

18.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.

18.3 O CONTRATANTE não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

18.4 A CONTRATADA assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o CONTRATANTE não será responsável solidário.

19.5 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser protocoladas no setor próprio da Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu/RJ, situado no prédio sede na Rua Oswaldo Aranha, nº 06, bairro Centro, neste Município.

19.6 Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

19.6.1 O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b) o interesse público;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Setor de Compras e Licitações**

c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta. E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

Cachoeiras de Macacu/RJ, xx de xxxxxxxxxxxx de 2024.

**RAFAEL MUZZI DE MIRANDA**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATADA**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**EMPRESA CONTRATADA**

**CNPJ Nº XXXXXXXXXXXX**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Endereço:

RG:

CPF :

\_\_\_\_\_  
Nome:

Endereço:

RG:

CPF: